

Quadrilha é presa em Santa Maria

Fabiola Góis

Da equipe do **Correio**

O vigilante José Roberto da Silva Oliveira, 29 anos, por pouco não perdeu R\$ os 4 mil que juntou para comprar um lote. Ele foi um dos moradores de Santa Maria procurados por integrantes uma quadrilha acusada de promover invasão de área pública, parcelamento e venda de lotes irregulares. Entre os acusados estão o soldado da Polícia Militar Geovany Mendes Pereira, 36 anos, e o ex-policial civil Moacyr de Abreu Filho, 42 anos. Os dois foram presos segunda-feira à tarde em flagrante, quando tentavam vender uma área de 250 m² em Santa Maria a José Roberto.

Há duas semanas os policiais da 33ª Delegacia de Polícia (Santa Maria) investigavam denúncias de parcelamento ilegal de terra ao lado do Condomínio Porto Rico. Além de Moacyr e Geovany, foram presos Reinaldo Silva de Souza, 30 anos, e Elias Suterio Lima, 23 anos. A primeira prisão ocorreu em frente à casa do vigilante José Roberto, no

momento em que ele se preparava para entregar a Reinaldo Silva o pagamento de entrada do terreno: R\$ 4 mil.

Segundo José Roberto, Reinaldo informou que o lote pertencia a uma área legalizada. "Nunca imaginei que a área era ilegal. Muita gente caiu nessa história", afirmou. José Roberto contou que soube da venda dos terrenos por meio de um conhecido há dois meses. Ele mora de aluguel na QR 117, em Santa Maria, e paga por mês R\$ 270. "Tenho inscrição na Secretaria de Habitação, mas até hoje não fui contemplado com lote do GDF", ressaltou.

AÇÃO NA JUSTIÇA

Menos sorte teve Rosalvo Batista de Souza, que entregou R\$ 3 mil de entrada para comprar um lote das mãos de Moacyr e Geovany na semana passada. "Os lesados terão de procurar a Justiça para reaver o dinheiro", informou o delegado titular da 33ª DP, Jurandir Teixeira Pinto.

Jurandir espera prender outros integrantes da quadrilha nos próximos dias. No sábado,

Ronaldo de Oliveira



ÁREA LOTEADA EM SANTA MARIA: ACUSADOS COBRAVAM ENTRADA DE R\$ 4 MIL

os policiais prenderam dois homens acusados de vender lotes na mesma área. Mas não está comprovado se a dupla integra o mesmo esquema montado pelo policial militar e o ex-policial civil. Dezenas de pessoas que compraram lotes em áreas ilegais em Santa Maria procuraram ontem a delegacia para saber se seriam ressarcidas com o dinheiro aplicado na compra. A polícia acredita que um único lote pode ter sido vendido a até quatro pessoas.

O delegado conta que Moacyr e Geovany tentaram subornar os agentes que fizeram a prisão. "Eles perguntaram aos policiais se poderiam conversar em números", comentou Jurandir.

Segundo ele, os envolvidos serão indiciados em invasão de área pública, parcelamento e venda de lotes irregulares e formação de quadrilha. Se forem condenados, cumprirão de um a cinco anos de reclusão.

A polícia encontrou Geovany e Moacyr armados. O revólver do policial civil estava dentro do carro dele. Moacyr foi expulso da polícia em 1998 depois de ter cometido um roubo. Nenhum dos dois resistiu à prisão. Os policiais também encontraram a documentação falsa do terreno.

O soldado Geovany está preso na 3ª Companhia de Polícia Militar Independente (3ª Cpmind), na Papuda. Os demais estão na carceragem do Departamento

BRIGA NO TAGUAPARK

A área destinada ao Taguapark, no Pistão Norte de Taguatinga, voltou a ser alvo de disputa fundiária. Fiscais da Administração de Taguatinga, amparados por policiais militares e pelo Sivsolo, derrubaram uma cerca que demarcava um terreno de 30 mil m² no Taguapark. O suposto dono da área, Edvalson dos Santos, havia conseguido na Justiça uma liminar que proibia a derrubada, mas a fiscalização ignorou o documento. O administrador de Taguatinga, Valdemar Aguiar, acusa Edvalson de ter forjado documentos para conseguir a liminar. "O endereço que ele colocou na ação de posse da área nem sequer existe", explica. A área do Taguapark é uma das mais cobiçadas por invasores em Taguatinga.

de Polícia Especializada (DPE).

O corregedor da PM, coronel Lobo Rodrigues, aguarda a documentação oficial da prisão de Geovany para instaurar um procedimento administrativo. "Faremos uma sindicância e o soldado poderá ser até excluído da corporação", afirmou. O resultado deverá ser divulgado em 30 dias.